
POLO REGIONAL? A VISÃO DOS REPRESENTANTES MUNICIPAIS SOBRE A POLARIZAÇÃO DE CÁCERES NA REGIÃO SUDOESTE DE MATO GROSSO¹

REGIONAL POLO? MUNICIPAL REPRESENTATIVES VIEWS ON THE POLARIZATION OF CACERES IN THE SOUTHWESTERN REGION OF MATO GROSSO

Evaldo Ferreira²

RESUMO: A presente pesquisa tem por objetivo analisar, à luz dos conceitos de região funcional e polarizada, a função, a dinâmica e os fluxos que caracterizam os relacionamentos entre os municípios do sudoeste mato-grossense, visando confirmar – ou não – a polaridade e a centralidade exercida por Cáceres enquanto polo regional ou como uma das capitais regionais do Estado de Mato Grosso. A análise foi realizada por meio de trabalho de campo e aplicação de questionário semiestruturado com os representantes das prefeituras dos 26 municípios que englobam e a mesorregião geográfica Sudoeste Mato-Grossense e a Região de Planejamento VII (Cáceres). Os resultados da pesquisa mostram que Cáceres continua a polarizar os municípios da região em função das atividades de saúde, educação e lazer, mas tem perdido sua centralidade devido seus problemas internos.

Palavras-chave: Regiões funcionais urbanas. Regionalização. Polarização. Relacionamentos urbanos. Cáceres-MT.

ABSTRACT: This research aims to examine, in the light of the concepts of functional and polarized region, function, dynamics and flows that characterize the relationships between the municipalities of Mato Grosso southwest aiming to confirm - or not - the polarity and the centrality exerted by Cáceres as a regional center or one of the regional capital of Mato Grosso State. The analysis was conducted through field work and application of semi-structured questionnaire with representatives of municipalities of the 26 municipalities that encompass and the southwestern geographic mesoregion of Mato Grosso and the Planning region VII (Cáceres). The survey results show that Cáceres continues to polarize the municipalities in the region in terms of health-related activities, education and leisure, but has lost its centrality because of its internal problems.

Key words: Functional urban regions. Regionalization. Polarization. Urban Relationships. Cáceres-MT.

1 Artigo resultante da tese de doutoramento defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Federal Fluminense (UFF).

2 Professor adjunto do Curso de Geografia e do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat). E-mail: evaldoferreira@globo.com

Artigo recebido para publicação em julho de 2016 e aceito para publicação em novembro de 2016.

INTRODUÇÃO

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2007, quando da última publicação da série “Regiões de Influência das Cidades” (IBGE, 2008), considerou como Capital Regional aquela cidade com capacidade de gestão em nível inferior ao das metrópoles com “área de influência de âmbito regional, sendo referida como destino para um conjunto de atividades, por grande número de municípios” (p. 11). A hierarquização dos centros urbanos brasileiros realizada pelo IBGE observou as diferenciações regionais e a dimensão da região de influência de cada centro, sendo a classificação dependente da localização geográfica:

[...] a avaliação do papel dos centros dá-se em função de sua posição em seu próprio espaço. Assim, centros localizados em regiões menos densamente ocupadas, em termos demográficos ou econômicos, ainda que apresentem indicativos de centralidade mais fracos do que os centros localizados em outras regiões, podem assumir o mesmo nível na hierarquia (IBGE, 2008, p. 11).

Foi com base nesta observação que Vilarinho Neto (2002) propôs uma nova hierarquização dos centros polarizados de Mato Grosso e, por conseguinte, um novo recorte regional para o Estado, considerando conjuntamente a divisão político-administrativa, a infraestrutura, o suporte econômico das cidades, as funções urbanas e a própria hierarquização. Para o autor, Capital Regional seria a cidade mais estruturada de cada área articulada pelos sistemas de transporte e de comunicação, exercendo maior influência econômica e funcional na região onde está inserida.

Nesta hierarquização e classificação de Vilarinho Neto (2002), foram apontados como capitais regionais de Mato Grosso as cidades de Barra do Garça, Cáceres, Rondonópolis, Sinop e Tangará da Serra. Porém, este recorte regional proposto não segue – e nem deveria seguir – as regionalizações oficiais realizadas para o Estado.

Assim, o objetivo da presente pesquisa é analisar a situação de Cáceres enquanto polo regional dentro do agrupamento de municípios que configuram nas regionalizações oficiais propostas pelo IBGE e pela Secretaria de Estado de Planejamento (Seplan-MT) onde esta cidade está presente. Esta análise ocorrerá por meio da visão dos representantes dos 26 municípios que compõem as regiões oficiais de Mato Grosso.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para o estudo da representatividade e polarização de Cáceres no contexto regional, selecionou-se aqueles municípios pertencentes às atuais microrregiões geográficas do Alto Guaporé (Conquista D’Oeste, Nova Lacerda, Pontes e Lacerda, Vale de São Domingos e Vila Bela da Santíssima Trindade), Tangará da Serra (Barra do Bugres, Denise, Nova Olímpia, Porto Estrela e Tangará da Serra) e Jauru (Araputanga, Curvelândia, Figueirópolis D’Oeste, Glória D’Oeste, Indiavaí, Jauru, Lambari D’Oeste, Mirassol D’Oeste, Porto Esperidião, Reserva do Cabaçal, Rio Branco, Salto do Céu e São José dos Quatro Marcos) que, unidas, formam a mesorregião geográfica Sudoeste Mato-Grossense. Como estas divisões regionais não incluem Cáceres entre estes municípios, selecionou-se também aqueles pertencentes à Região de Planejamento VII (Cáceres), da Seplan-MT, regionalização oficial do Estado de Mato Grosso, agregando-se Cáceres, Campos de Júlio, Comodoro e Sapezal aos municípios a serem analisados (Figura 1).

Para avaliar a importância e a influência dos municípios em relação aos demais na região em análise, bem como averiguar a centralidade exercida por Cáceres e a

acadêmicos, entre outros, as inevitáveis regionalizações e, por conseguinte, todas as problemáticas das divisões regionais.

A relação entre recortes territoriais e a tentativa de organização do espaço é intrínseca. Assim, para regionalizar é preciso conhecer o que se pretende dividir e ter em mente os objetivos a alcançar, a fim de determinar a melhor forma de realizá-la, observando-se que os processos de regionalização estão geralmente relacionados a fins político-administrativos, divulgação e comparação temporal de dados estatísticos, conhecimento da realidade e da diversidade territorial do país, planejamento governamental, didáticos, de desenvolvimento regional, descentralização administrativa e redução dos desequilíbrios regionais (FERREIRA, 2014). Ou seja, no contexto geral, toda regionalização visa organizar o espaço (CORREA, 2007; FAISSOL, 1996); porém, a questão recorrente é sobre quais critérios observar e como realizar estas divisões.

De Toni e Klarmann (2002), afirmam que os critérios que estruturam o conceito de regionalização são: (1) a homogeneidade, onde se busca as características uniformes como base para a agregação territorial; (2) a polarização, realizada por meio da análise da intensidade dos fluxos e das conexões intra e inter-regionais que revelam a rede, a hierarquia e os polos que delimitarão a área de influência regional; e (3) o planejamento, derivado de critérios político-administrativos que representa a intenção da autoridade pública ao afirmar “uma compreensão do território a partir das necessidades de execução de determinados serviços públicos, do exercício do poder regulatório do Estado ou, por exemplo, da focalização das políticas setoriais em determinada parte do território” (p. 521). E é com base neste segundo critério que se apresenta as propostas apresentadas pelo IBGE para as regiões funcionais urbanas, com destaque para as regiões de influência das cidades.

O modelo de divisão do Brasil em regiões funcionais urbanas para fins de ação administrativa foi concretizado em 1972, porém, seus fundamentos teóricos e metodológicos já vinham sendo discutidos há pelo menos uma década sob forte influência, inicialmente, da Geografia Ativa e de geógrafos franceses (Michel Rochefort, Pierre George, Bernard Kayser), inclusive com alguns deles participando ativamente dos debates no Brasil e, posteriormente, da Geografia Teórica-Quantitativa, apresentada por geógrafos estadunidenses e ingleses (FERREIRA, 2014). No lançamento desta publicação, o IBGE assim justificou sua importância:

A divisão regional ora apresentada define um sistema hierarquizado de divisões territoriais e de cidades que pode servir de modelo tanto para a política regionalizada de desenvolvimento, como para orientar a racionalização no suprimento de serviços e infraestrutura urbana através da distribuição espacial mais adequada. No campo administrativo pode servir de modelo para aperfeiçoar a máquina administrativa, eliminando a excessiva centralização executiva e introduzindo critérios racionais de localização dos investimentos e das atividades setoriais dos governos estaduais e federal. Poderá contribuir, assim, para que a atividade da administração pública aumente sua racionalidade através de uma organização territorial, tanto na programação das atividades correntes como na programação dos investimentos necessários à ampliação dessas atividades (IBGE, 1972, p. 9).

Nessa primeira divisão visando levantar as regiões funcionais urbanas, foram identificados 718 centros urbanos, hierarquizados da seguinte forma: 10 centros metropolitanos (1º nível), 66 centros regionais (2º nível, divididos em 2a e 2b), 172

centros sub-regionais (3º nível, também dividido em “a” e “b”) e 470 centros locais (4º nível, classificados em 4a e 4b) (IBGE, 1972).

Para esta regionalização, utilizou-se da contagem dos relacionamentos ou vínculos mantidos entre os centros urbanos nos fluxos agrícolas, distribuição de bens e serviços à economia e à população para definir os núcleos urbanos hierarquizados no território nacional (IBGE, 1972), justificando-se a sua importância para a política regionalizada de desenvolvimento, para a descentralização administrativa e para a racionalização dos serviços de infraestrutura urbana.

A partir de então esta divisão em regiões funcionais urbanas, com estudo dos espaços polarizados, passou a ser realizado periodicamente pelo IBGE com o título de “Regiões de influência das cidades”, buscando descrever “o conjunto de centros urbanos em sua hierarquia como localidades centrais e suas áreas de influência” (IBGE, 1987, p. 11), cuja metodologia foi aperfeiçoada em cada edição, com equipe de estudiosos trabalhando tanto nas formulações teórico-metodológicas e em sua operacionalização, quanto nos instrumentos de coleta das informações.

Nesse contexto, em 1978 iniciou-se a atualização do trabalho lançado em 1972, concluindo-a em 1983, porém, publicando-a apenas em 1987. Neste estudo, além das 10 regiões metropolitanas definidas em 1972, incluiu-se a região de influência de Manaus, sendo os níveis hierárquicos – selecionados conforme a oferta de bens e serviços – divididos em metrópole regional, centro submetropolitano, capital regional, centro sub-regional e centro de zona (IBGE, 1987).

A continuidade desta pesquisa deu-se em 1993, sendo publicada oficialmente no ano de 2000 (IBGE, 2000), defasando-se os dados e as informações ali levantadas. A novidade desta edição se deve ao fato de os centros terem sido classificados, conforme suas funções centrais, em metrópole regional, capital regional, centro sub-regional, centro de zona e centro local; e os níveis de centralidade das cidades brasileiras hierarquizado em oito níveis, de “Máximo” a “Muito Fraco” (IBGE, 2000).

A atual edição da série “Regiões de influência das cidades” foi publicada em 2008 (IBGE, 2008), apresentando um estudo da rede urbana brasileira e hierarquizando os centros urbanos em cinco níveis: Metrôpoles (subdividido em Grande Metrôpole Nacional, Metrôpole Nacional e Metrôpole), Capital Regional (subdividido nos níveis A, B e C), Centro Sub-Regional (subdividido em A e B), Centro de Zona (também subdividido em A e B) e Centro Local (IBGE, 2008).

Para a definição dos centros da rede urbana brasileira, buscam-se informações de subordinação administrativa no setor público federal, para definir a gestão federal, e de localização das sedes e filiais de empresas, para estabelecer a gestão empresarial. A oferta de distintos equipamentos e serviços capazes de dotar uma cidade de centralidade – informações de ligações aéreas, de deslocamentos para internações hospitalares, das áreas de cobertura das emissoras de televisão, da oferta de ensino superior, da diversidade de atividades comerciais e de serviços, da oferta de serviços bancários, e da presença de domínios de Internet (IBGE, 2008b, p. 9).

Nessa última edição (IBGE, 2008), foram identificados no território brasileiro, em todos os níveis, 12 metrôpoles, 70 capitais regionais, 169 centros sub-regionais, 556 centros de zona e 4.473 centros locais.

RESULTADOS DA PESQUISA

O questionário aplicado junto aos representantes municipais para conhecer sobre a relação de sua cidade com as demais da região e em especial com Cáceres-MT, foi elaborado, com adequações, baseado naquele utilizado pelo IBGE para a delimitação das regiões de influência das cidades do território nacional, sendo as primeiras perguntas voltadas para a caracterização dos entrevistados.

Assim, buscou-se conhecer como estão as condições das vias de acesso que ligam os municípios, uma vez que acessibilidade, mais do que proximidade, é um dos principais fatores que nortearão a relação entre as cidades. Neste contexto, observa-se que a avaliação dos representantes governamentais sobre as condições das vias de acesso dos municípios está mais para positiva, pois, dos 26 entrevistados, 11 as consideraram ótimas ou boas, contra seis que avaliaram as vias, constituídas principalmente por rodovias estaduais, como ruins ou péssimas. Os outros nove participantes da pesquisa consideraram as condições das vias como regulares.

Neste item, duas observações, ambas políticas, se fazem salutar: a primeira é que, apesar de ainda precário, os investimentos e, por conseguinte, a construção e manutenção das rodovias do Estado de Mato Grosso, tanto as estaduais, quanto as federais, realizados desde 2003, tem trazido significantes melhorias nas condições de trafegabilidade. A segunda é o fato de que como a pesquisa fora realizada com representantes municipais eleitos com ou sem o apoio dos governos estadual e federal, poderia haver uma tendência de os aliados elogiarem em demasia os serviços e obras realizados nesta área, enquanto a oposição vice-versa. Porém, isto não ocorreu. Pelo contrário, das apenas cinco unidades político-administrativas cujos prefeitos eleitos não eram da base de apoio do Governo do Estado, três consideraram as condições das vias que ligam seus municípios aos demais como ótimas ou boas, enquanto os outros dois as avaliaram como regulares. Logo, as avaliações negativas vieram de prefeituras “aliadas” ao Governo Estadual. E esta análise também serve para julgar a credibilidade da pesquisa realizada, demonstrando a imparcialidade dos entrevistados.

Ainda em se tratando de questões internas dos municípios, antes de se discutir sobre aquelas referentes às relações entre as cidades, na pergunta nº. 12 do Questionário indagou-se sobre o principal problema de segurança pública enfrentado no município, sendo a questão das drogas lembrada por 88,5% dos entrevistados, seguido pelos furtos e roubos às residências (11,5%).

Destas respostas sobre as drogas, apreendem-se duas observações, uma referente ao consumo e a outra ao tráfico. O uso de drogas ilícitas, com destaque, na região, para a cocaína e a maconha, é crime e, na esfera da responsabilidade municipal o principal problema é com o tratamento dos dependentes. Contudo, entre as unidades político-administrativas em estudo, apenas Barra do Bugres, Cáceres, Mirassol D’Oeste, Pontes e Lacerda, São José dos Quatro Marcos e Tangará da Serra possuem Centro de Apoio Psicossocial (CAPS) para onde os dependentes podem ser encaminhados, sendo que, apenas Cáceres possui um centro infanto-juvenil (BRASIL, 2014a) para atender a crianças e adolescentes viciados.

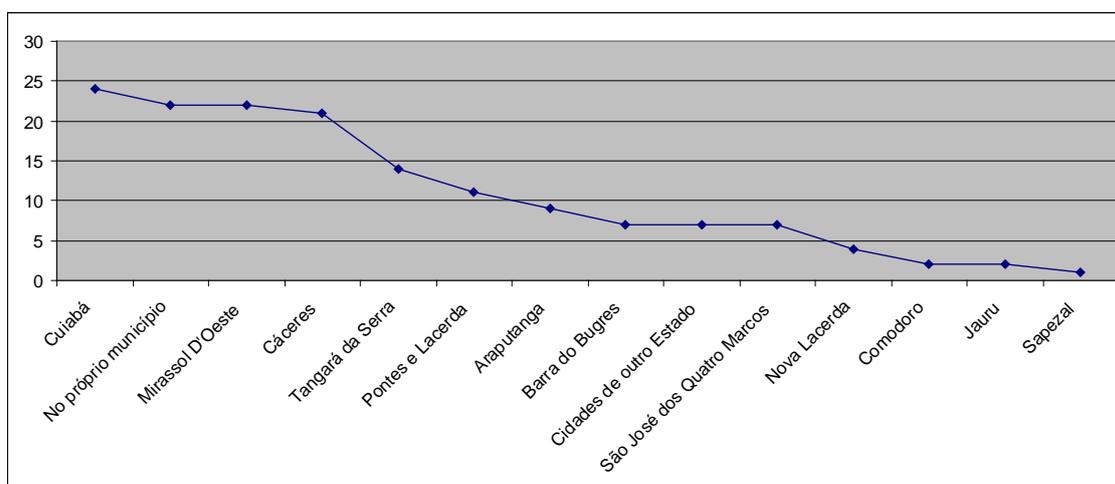
Já no tocante ao tráfico, a Polícia Judiciária Civil de Mato Grosso registrou, para o ano de 2013, a apreensão de mais de quatro toneladas de drogas (MATO GROSSO, 2014) – um recorde para o Estado – e a maior parte destas apreensões ocorreu devido às operações realizadas na região do Pantanal e em cidades mato-grossenses que fazem fronteira com a Bolívia, rota utilizada por grandes quadrilhas que lançam os entorpecentes de pequenos aviões que, voando baixo, não são captados pelos radares.

O que surpreendeu foi o fato de nenhum dos entrevistados ter citado os furtos e roubos de veículos como principal problema de segurança pública municipal, uma vez que diariamente os noticiários da região, principalmente em Cáceres, documentam sobre assaltos a veículos, sobretudo motocicletas, cujo destino geralmente é a fronteira com a Bolívia; apesar de que, dos automóveis de grande porte recuperados pela Polícia Judiciária Civil de Mato Grosso, Polícia Rodoviária Federal (PRF) e o Grupo Especial de Fronteira (Gefron), a maioria está registrada em municípios de outras regiões do Estado ou de outras unidades da Federação (MATO GROSSO, 2009).

No Questionário aplicado, cinco perguntas referem-se à relação entre as cidades no que tange ao comércio, cultura e lazer, comunicação, educação (Ensino Superior) e saúde. Como o objetivo destas questões é a análise da influência das cidades, não há opções de respostas fechadas, podendo esta variar do próprio município às grandes metrópoles, com a presença de algumas localidades em determinadas questões e total ausência em outras, com relatado a seguir.

Quando indagados sobre as três principais cidades, em ordem de frequência, onde os moradores do município mais compram roupas, calçados, móveis, eletrodomésticos, computadores etc. (Gráfico 1), os entrevistados responderam, na tabulação geral, Cuiabá em primeiro lugar e o próprio município em segundo, o que demonstra o poder de atração da capital do Estado, mas principalmente que, para este item relacionado às atividades comerciais, a maioria dos municípios possui em suas sedes empresas para oferecerem tais produtos.

Gráfico 1. Principais cidades onde os moradores dos municípios mais compram roupas, calçados, móveis, eletrodomésticos, computadores etc.



Fonte: Evaldo Ferreira, 2014 (pesquisa de campo).

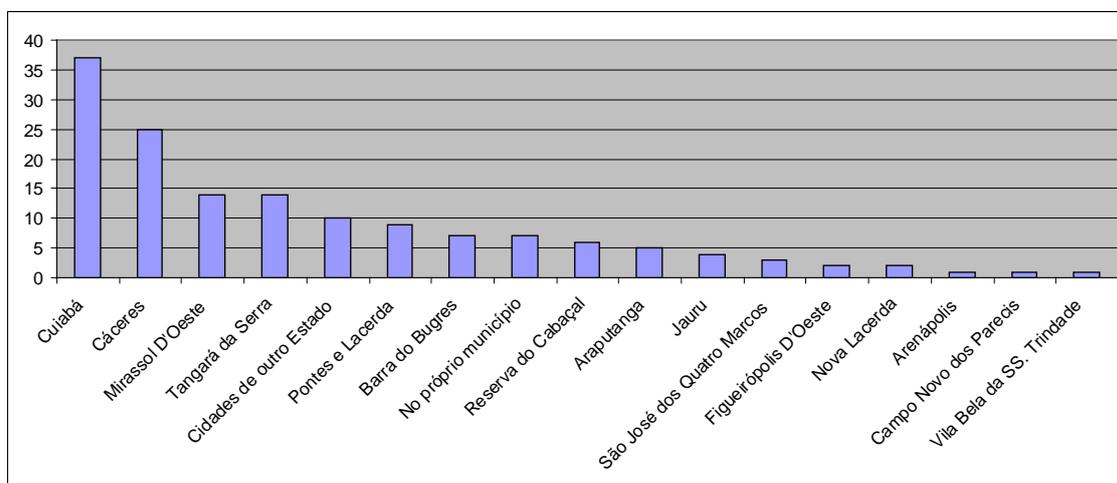
Mas o que chama a atenção no Gráfico é, em primeiro lugar, Mirassol D'Oeste encontrar-se na terceira posição, enquanto Cáceres configura na quarta. Isto é justificado pelo fato de Mirassol D'Oeste possuir, proporcionalmente à população, maior número de estabelecimentos comerciais de mais alto nível (grife) do que Cáceres e também por aquela cidade estar rodoviariamente mais próxima às demais localidades influenciadas por ambas do que esta. Em segundo lugar, a atenção se volta para as compras realizadas em cidades de outros Estados e aqui se fala explicitamente de Vilhena-RO, citada como primeira opção para os moradores de Campos de Júlio e Comodoro e como terceira para os de Sapezal.

A segunda pergunta sobre relacionamentos refere-se à busca dos munícipes por cultura e lazer (Gráfico 2) e mais uma vez a capital do Estado se encontra em primeiro lugar por oferecer maiores opções de atividades relacionadas ao entretenimento como “shows” de artistas do circuito nacional e internacional, teatros, museus, zoológico e principalmente “shoppings” e boates noturnas. Por outro lado, para os demais municípios, quando se fala em cultura, pensa-se nos tradicionais festivais de dança, com destaque para o siriri e o cururu, manifestações folclóricas típicas de Mato Grosso e principalmente da região pantaneira, com festas tradicionais realizadas em Cuiabá (Festival de Siriri e Bumba-meu-boi), Poconé (Festa de São Benedito) e Cáceres (Festival Internacional de Folclore de Mato Grosso (Fifolk-MT)).

Já as atividades de lazer citadas pelos entrevistados ou estão relacionadas às belas paisagens naturais existentes nos municípios em estudo – principalmente cachoeiras, cavernas, lagos e rios para banho ou pescaria – ou às tradicionais festas de peões ou as festas locais como a Cavahada, em Rio Branco; Festa da Pamonha, em Caramujo (distrito de Cáceres); Festa do Queijo, em Curvelândia; Festival de Praia, em Reserva do Cabaçal; Festa da Queima do Alho, em Jauru, entre outras, para onde se deslocam pessoas de todos os municípios da região.

Em primeiro lugar entre os municípios em análise, Cáceres se destaca por ser o que conta com maior número de equipamentos de cultura e lazer com “casas de shows” noturnas (boates), centro de diversões e com realização de festivais de cinema, periódicos “shows” regionais e nacionais.

Gráfico 2. Principais cidades para onde os moradores dos municípios mais se deslocam em busca de cultura e lazer.



Fonte: Evaldo Ferreira, 2014 (pesquisa de campo).

Quanto à edição de jornais, o Questionário elaborado seguiu a metodologia do IBGE (2008). Todavia, para as unidades político-administrativas em estudo, esta pergunta não foi muito representativa, uma vez que, atualmente, com a facilidade de acesso à Internet, a maioria dos jornais está “on-line” e, na região, os poucos que são impressos caracterizam-se como informativos, não são diários, trazem mais notícias relacionadas a questões de segurança, principalmente homicídios e assaltos (“página policial”) e geralmente são entregues gratuitamente.

Em primeiro lugar, Pontes e Lacerda conta com o informativo *Folha Regional*, publicado semanalmente, com conteúdos referentes às cidades de Araputanga, Conquista

D'Oeste, Curvelândia, Figueirópolis D'Oeste, Glória D'Oeste, Indivaí, Jauru, Lambari D'Oeste, Mirassol D'Oeste, Pontes e Lacerda, Porto Esperidião, São José dos Quatro Marcos, Vale de São Domingos e Vila Bela da Santíssima Trindade – apesar de algumas destas localidades ficarem meses sem ser notícia – o que lhe confere abrangência regional.

Em segundo lugar, mas fora da região, ficou Cuiabá que possui três grandes jornais de circulação diária: *A Gazeta*, *Diário de Cuiabá* e *Folha do Estado*, porém, assinantes destes entre os municípios ora analisados são geralmente instituições jurídicas (prefeituras, universidade, bancos, faculdades), sendo que há também aqueles que os compram nas bancas de jornais e revistas.

Na educação superior, Cáceres supera Cuiabá (que ficou na segunda colocação), configurando-se como polo educacional entre os municípios do sudoeste de Mato Grosso em função de ser sede e contar com um câmpus da Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat), do Instituto Federal (IFMT) e das faculdades particulares ali instaladas, principalmente a Faculdade do Pantanal (Fapan).

Na terceira colocação entre as cidades onde os moradores dos municípios cursam o Ensino Superior encontra-se Araputanga, cuja Faculdade Católica Rainha da Paz (Fcarp) oferece os cursos de Administração, Ciências Contábeis, Direito, Educação Física, Gestão da Tecnologia da Informação e Sistemas de Informação. Em quarto lugar, encontra-se São José dos Quatro Marcos, com a Faculdade de Quatro Marcos (FQM) e seus cursos de Enfermagem, Farmácia e Psicologia (BRASIL, 2014b). Ambas as cidades, apesar de oferecerem apenas uma instituição de Ensino Superior cada, ficaram bem classificadas devido à quantidade de municípios próximos a estas, o que fez aumentar o número de relacionamentos.

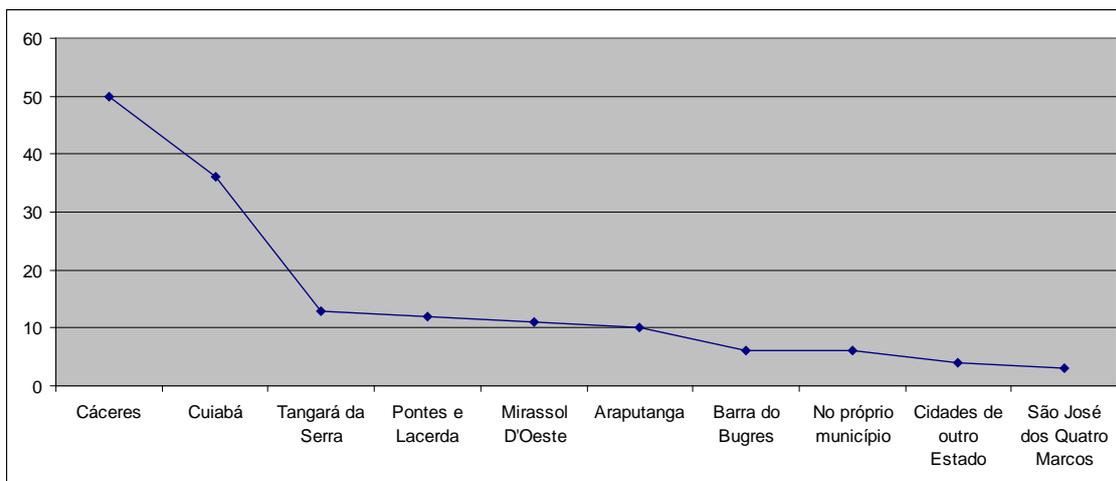
Ainda relacionado à Educação e também às perspectivas dos municípios, a nona pergunta do Questionário buscou conhecer o principal destino dos jovens ao terminarem o Ensino Médio e o resultado foi que a maioria (55,04%) continua no próprio município e, considerando-se a baixa quantidade de empregos formais oferecidos por estas localidades, deduz-se que estes jovens são a maioria entre os desempregados, estão em atividades relacionadas à agricultura ou fazem parte do contingente de alunos que se deslocam diariamente para outras cidades em busca de formação. Complementarmente, 23,79% dos jovens se mudam para outras cidades da região, 10,18% para Cuiabá, 5,67% para outras cidades do Estado, 3,97% para outros estados e 1,35% para outros países, notadamente onde a Bolívia, para onde vários mato-grossenses se deslocam para cursar o Ensino Superior.

Complementar à pergunta nº 9, a décima questão procurou conhecer quais os principais motivos de migração entre a população municipal e as respostas mostraram que 66,7% saem em busca de emprego, confirmando a falta deste nos municípios em análise, sendo que os outros 33,3% migram à procura de estudos.

Considerando-se esta informação, volta-se à Pergunta 9 sobre o destino dos migrantes e analisa-se que dos 23,79% que ao terminarem o Ensino Médio se deslocam para outras cidades da região, a maioria o faz em busca de formação educacional, enquanto aqueles que vão para a capital do Estado (10,18%), para outras cidades do Estado (5,67%), outros Estados (3,97) ou outros países (1,35%), saem visando encontrar emprego.

Na área da saúde, Cáceres se encontra na primeira posição onde os moradores dos municípios em análise buscam por serviços de consultas médicas, odontológicas, exames e internações (Gráfico 3). A cidade só não é citada pelos entrevistados de Barra do Bugres, Denise, Nova Olímpia, Porto Estrela, Sapezal e Tangará da Serra, uma vez que estes municípios, juntamente com Campo Novo dos Parecis e Santo Afonso, compõem o Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Médio Norte Mato-Grossense, tendo Tangará da Serra como principal cidade em equipamentos para estes serviços.

Gráfico 3. Principais cidades onde os moradores do município buscam serviços de saúde – consultas médicas, odontológicas, exames e internações.



Fonte: Evaldo Ferreira, 2014 (pesquisa de campo).

Os consórcios intermunicipais de saúde são organizações de municípios constituídos como pessoa jurídica de direito público, constituídos para “desenvolver em conjunto as ações e os serviços de saúde que lhes correspondam” (BRASIL, 1990a), bem como o remanejamento de recursos do Fundo Nacional de Saúde (FNS) alocados aos municípios (BRASIL, 1990b).

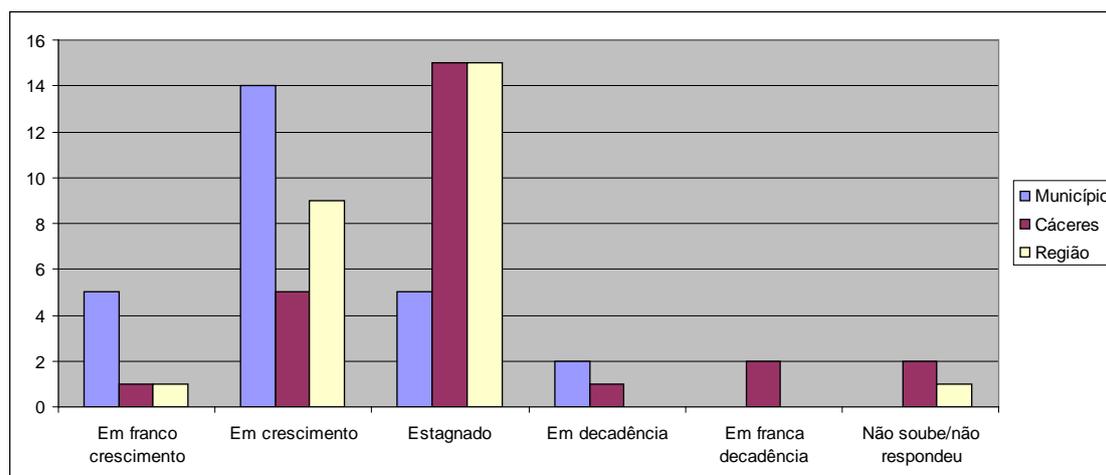
Cáceres é destaque na área da saúde na região por contar, desde 2001, com o Hospital Regional Dr. Antonio Fontes, público e administrado pela Associação Congregação de Santa Catarina (ACSC), que também gerencia o Hospital São Luiz, que, apesar de privado, recebe, opera e contabiliza todos os casos de Ginecologia e Obstetrícia (parto e maternidade) encaminhados, via Sistema Único de Saúde (SUS), pelo Hospital Regional (ACSC, 2014).

Observa-se que é expressivo o número de atendimentos realizados em pacientes advindos de localidades que distam mais de 400 quilômetros de Cáceres, como Comodoro e Vila Bela da Santíssima Trindade, apesar de, por outro lado, o município mais próximo de Cáceres ser Curvelândia, cuja sede e encontra a 65km de distância.

Ser referência regional na área da saúde oportuniza que universidades e faculdades localizadas ou próximas a Cáceres possam oferecer maior número de cursos na grande área de conhecimento da Ciências da Saúde e, atualmente, na região, os discentes destes cursos da Unemat, Fapan e FQM realizam seus estágios e práticas no Hospital Regional Dr. Antonio Fontes.

Após estas considerações sobre os serviços e as relações entre as cidades, buscou-se conhecer a opinião dos representantes governamentais sobre a economia de seus municípios e a comparação destes com as demais unidades político-administrativas em estudo, bem como a percepção econômica que os mesmos têm de Cáceres (Gráfico 4).

Gráfico 4. Percepção dos entrevistados sobre a economia de seus municípios, de Cáceres e da região



Fonte: Evaldo Ferreira, 2014 (pesquisa de campo).

A tabulação dos dados mostrou grande confiança e perspectiva dos entrevistados com a economia de seus municípios, com apenas os representantes de Jauru e de Rio Branco reconhecendo que estas localidades estão em decadência, contra cinco que consideram estarem seus municípios estagnados e 19 em crescimento ou franco crescimento. Em uma análise mais rígida, poder-se-ia até dizer que a tendência de prefeitos e secretariados é exagerar nas qualidades de seus municípios, porém, os próprios números sobre a economia destas localidades mostram que algumas delas, principalmente Campos de Júlio, Comodoro, Mirassol D'Oeste, Pontes e Lacerda, São José dos Quatro Marcos e Sapezal, vem apresentando bons resultados econômicos.

Já o município de Cáceres, na visão de 57,7% dos entrevistados, encontra-se estagnado, em decadência ou em franca decadência, por ser o maior da região e referência em alguns serviços e se mostrar incapaz de apresentar soluções para pequenos problemas, principalmente de infraestrutura urbana, cartão de visita para qualquer pessoa em passagem pelo local. São ruas não asfaltadas ou com revestimentos asfálticos esburacados, falta de saneamento, problemas na distribuição de água, ausência de preocupação com a estética urbana e, principalmente, rixas políticas entre representantes locais – com destaque para aquelas entre prefeito e vereadores – que são capazes de prejudicar a cidade em benefício próprio.

Por outro lado, apesar de seu principal município não ter sido bem avaliado, a região como um todo foi considerada como em crescimento ou em franco crescimento econômico por 38,5% dos representantes governamentais das localidades em estudo e a abertura de um parênteses se faz necessária para analisar tal questão, pois, apesar de o Questionário se referir à “região sudoeste do Estado de Mato Grosso”, o conceito e a visão de “região”, passa pelo entendimento pessoal de cada entrevistado. Até mesmo no presente texto a palavra “região” aparece, por questões ortográficas, para definir, às vezes, todos os municípios em análise ou só aqueles influenciados por Cáceres. Assim, a região que se encontra em crescimento é aquela que abrange as unidades político-administrativas que também estão nesta situação e idem para aquelas que avaliaram a região como estagnada ou em decadência. Ou seja, a pesquisa mostrou que os representantes dos municípios cuja economia se encontra em crescimento tenderam a informar que a região também o está, por ser o município parte desta.

Já a estagnação regional é avaliada também sob o aspecto da força que a região tem no legislativo estadual, pois, por mais que os deputados digam e até façam para todo

o Estado, é para onde está sua base eleitoral que é voltada a maioria de suas ações. Assim, dos 24 deputados da legislatura de 2011 a 2014, da Assembleia Legislativa de Mato Grosso, apenas três eram da região Oeste: um de Araputanga, um de Pontes e Lacerda e um de Reserva do Cabaçal. Há ainda a articulação e a força política exercida por prefeitos, empresários e representantes da sociedade civil organizada, porém, quando solicitados que opinassem sobre a representatividade política da “região da Grande Cáceres”, os entrevistados avaliaram a atuação destes três deputados.

Apenas sete dos respondentes consideraram como boa esta representatividade, enquanto 17 a avaliou como regular ou ruim. Como esta era uma questão aberta, a análise das opiniões se torna mais precisa. Os que avaliaram positivamente a atuação dos políticos se justificaram no aumento do número de deputados eleitos (era apenas um na legislatura 2007 – 2010 (BRASIL, 2014c) e, por conseguinte, na perspectiva de maiores investimentos na região. Já os que avaliaram negativamente, falam exatamente no pouco empenho destes deputados eleitos em trazer investimentos que gerem emprego e renda para a região e nas brigas político-partidárias ou culpam o governador do Estado por não realizar ações visando o desenvolvimento desta região.

Esta pergunta e a última possibilitaram delimitar melhor a área de influência de Cáceres, pois os representantes de Barra do Bugres, Nova Olímpia e Tangará da Serra se recusaram a respondê-las e afirmaram: “não temos influência nenhuma de Cáceres”. Os entrevistados de Denise e Porto Estrela até responderam, mas informaram verbalmente sobre a não relação com aquela cidade. Já o representante de Sapezal foi mais direto, informando que Cáceres “se encontra distante e fora da rota utilizada pela população sapezalense”.

Assim, fechando o questionário aplicado, a última pergunta procurou saber qual o significado de Cáceres para a região na opinião dos representantes governamentais dos municípios em análise (Quadro 1) e, excetuando-se Salto do Céu que não respondeu, 78,04% imaginam Cáceres como polo regional em função principalmente da saúde, educação e do turismo (Gráfico 6). Todavia, ressalvas são feitas pelo fato de os representantes municipais de Cáceres não cuidarem da imagem da cidade e não valorizarem e explorarem os potenciais turístico e econômico que se apresentam, lembrando que se este município se desenvolve, a região também o faz.

Quadro 1. Significado de Cáceres para a região na opinião dos representantes governamentais dos municípios

Araputanga: Por se tratar da cidade com potencial para a saúde e a educação.
Barra do Bugres: Nenhuma.
Campos de Júlio: Cidade com bons recursos voltados para a saúde, mas está inflamada de gente e não evolui na infraestrutura. Cancelamento do FIP e atrapalha a imagem da cidade.
Comodoro: Uma boa cidade, que fica em divisão com os demais municípios e a capital.
Conquista D'Oeste: Importante, pois é um polo de saúde, a mais próxima. É também a mais próxima em relação ao turismo e à cultura.
Curvelândia: Um polo central, onde as cidades circunvizinhas buscam apoio na saúde e na educação,
Denise: Local de grande potencial turístico.
Figueirópolis D'Oeste: Cáceres é o polo principal da região, mas ultimamente não está representando isso.

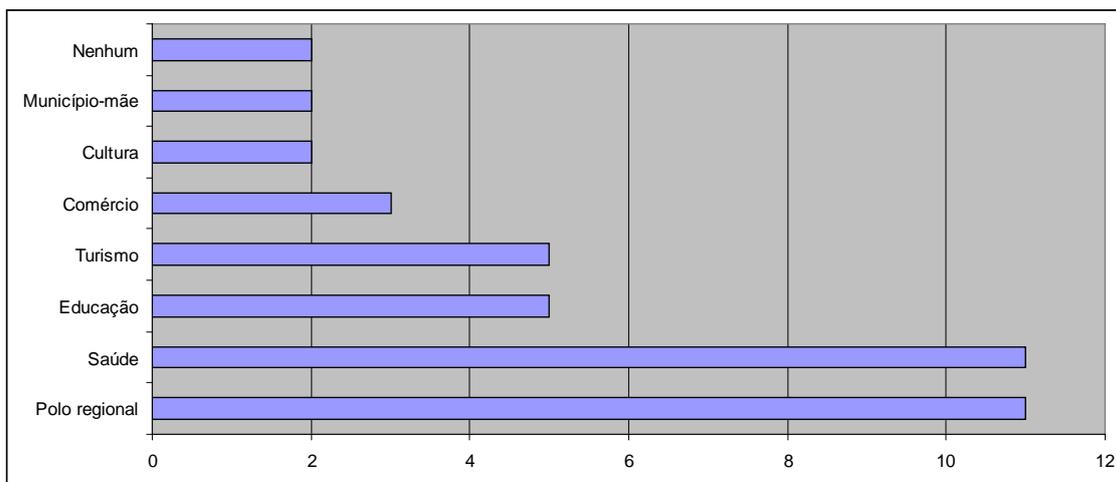
Glória D'Oeste: Importante por ser o município de maior porte e que pode trazer desenvolvimento para a região.
Indiavaí: Foi por muito tempo a vitrine da região. Não que deixou de ser, porém, os problemas que enfrenta deram uma apagada na grandiosidade do município. Vamos ver se nesta nova administração é retomado o seu lugar no cenário das grandes cidades de Mato Grosso.
Jauru: O município referência da região. Por ser o maior da região.
Lambari D'Oeste: É a nossa referência, pois se a mesma desenvolver, os outros municípios também desenvolverão.
Mirassol D'Oeste: Por ser a cidade com bom grau de importância para a região.
Nova Lacerda: Cáceres representa ainda um polo na área da saúde
Nova Olímpia: Potencial turístico, portal do Pantanal.
Pontes e Lacerda: Cidade histórica.
Porto Esperidião: Foi o município que deu origem aos demais e ainda hoje tem os serviços que os outros não têm.
Porto Estrela: Região pioneira no comércio, onde representa o escoamento de produção agrícola.
Reserva do Cabaçal: Significado histórico por ser o município-mãe dos demais. É referência no atendimento à saúde (ainda que precário). É referência regional. Precisa valorizar mais o turismo, pois acaba ajudando a região. Possui uma área enorme, com uma produção muito pequena. Não tem renda. É uma mãe pobre.
Rio Branco: Referência em saúde, educação e comércio.
São José dos Quatro Marcos: Referência na área da saúde.
Sapezal: Se encontra distante e fora da rota utilizada pela população sapezalense.
Tangará da Serra: É a sede da Unemat
Vale de São Domingos: Significativa na questão da saúde. Por ser considerada polo desta região.
Vila Bela da SS. Trindade: É um grande polo para as outras cidades.

Fonte: Evaldo Ferreira, 2014 (pesquisa de campo).

Por este quadro observa-se que atualmente Cáceres pouco tem desenvolvido o seu papel de capital ou de polo regional em função de problemas internos, principalmente os políticos e financeiros, não conseguindo irradiar sua centralidade para além das atividades de educação e saúde já consolidadas regionalmente.

Há de se ressaltar ainda que a influência de Cáceres tem alcançado apenas os municípios mais próximos, conectados via rodovias MT 170, MT 175, MT 250 e BR 070/174 (Araputanga, Curvelândia, Figueirópolis D'Oeste, Glória D'Oeste, Indiavaí, Lambari D'Oeste, Mirassol D'Oeste, Porto Esperidião, Reserva do Cabaçal, Rio Branco, Salto do Céu e São José dos Quatro Marcos), sendo que os demais municípios, mais distantes, se relacionam mais diretamente com Pontes e Lacerda (Comodoro, Conquista D'Oeste, Jauru, Nova Lacerda, Vale de São Domingos e Vila Bela da Santíssima Trindade) ou Tangará da Serra (Barra do Bugres, Campos de Júlio, Denise, Nova Olímpia, Porto Estrela e Sapezal).

Gráfico 5. Significado de Cáceres para a região na opinião dos representantes governamentais dos municípios (cumulativo)



Fonte: Evaldo Ferreira, 2014 (pesquisa de campo).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando-se os dados, os resultados e as análises apresentados, pode-se afirmar que, para o contexto de Mato Grosso, Cáceres continua sendo um polo regional do Estado devido aos seus vínculos, relações, bens e serviços oferecidos aos demais centros urbanos da região, destacando-se que principalmente nos quesitos “saúde” e “educação” a cidade é a mais bem equipada e especializada entre os municípios em estudo, como bem observa seus representantes políticos.

Todavia, em função de seus problemas internos, a cidade tem perdido sua centralidade regional.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO CONGREGAÇÃO SANTA CATARINA - ACSC. **Atendimentos por serviço, janeiro a dezembro de 2013**. 2014. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <evaldoferreira@unemat.br> em 21 fev. 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES**. Brasília: Ministério da Saúde, 2014a. Disponível em: <http://cnes.datasus.gov.br/Lista_Tot_Es_Municipio.asp?Estado=51&NomeEstado=MATO%20GROSSO>; <http://cnes.datasus.gov.br/Mod_Ind_Tipo_Leito.asp?VEstado=51>; <http://cnes.datasus.gov.br/Mod_Ind_Unidade_Listar.asp?VTipo=70&VListar=1&VEstado=51&VMun=>>. Acesso em: 11 fev. 2014.

_____. Ministério da Educação. **Instituições de Educação Superior e cursos cadastrados**. Brasília: MEC, 2014b. Disponível em: <<http://emec.mec.gov.br/>>; <<http://emec.mec.gov.br/emec/consulta-cadastro/detalhamento/d96957f455f6405d14c6542552b0f6eb/Mjk2MQ==>>>. Acesso em 10 fev. 2014.

_____. Tribunal Superior Eleitoral. **Resultado da eleição 2006**. Brasil, 2014c. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/eleicoes-2006/resultado-da-eleicao-2006>>. Acesso em: 15 fev. 2014.

_____. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº. 8.080, de 19 de setembro de 1990**. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a

organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Brasília, 1990a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18080.htm>. Acesso em: 15 fev.2014.

_____. _____. _____. **Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990.** Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. Brasília, 1990b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18142.htm>. Acesso em: 15 fev.2014.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e organização espacial**. 8. ed. São Paulo: Ática, 2007. (Princípios; 53)

DE TONI, Jackson; KLARMANN, Herbert. Regionalização e planejamento: reflexões metodológicas e gerenciais sobre a experiência gaúcha. In: Ensaíos FEE, Porto Alegre, v. 23, número especial, p. 517-538, 2002. Disponível em: <<http://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/view/2019>>. Acesso em: 23 mar. 2013.

FAISSOL, S. Regionalização, conceitos, práticas, escalas e a experiência brasileira. In: III CONFERÊNCIANACIONAL DE GEOGRAFIA – CONFEGE, 3., 1996, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: IBGE, 1996. (Sessões Temáticas: A organização do território, v. 7, tomo 2, sessões 53 a 55).

FERREIRA, E. **Cáceres: capital regional no contexto de Mato Grosso**. Tese (Doutorado em Geografia)-Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014.

IBGE. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Regiões de influência das cidades 2007**. Rio de Janeiro: IBGE, Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia, 2008.

_____. IBGE mostra uma nova dinâmica da rede urbana brasileira. 2008b. Disponível em: <http://www.santoandre.sp.gov.br/biblioteca/bv/hemdig_txt/081012002.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2013.

_____. **Regiões de influência das cidades 1993**. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

_____. **Regiões de influência das cidades 1987**. Rio de Janeiro: IBGE, 1987. (Revisão atualizada do estudo: Divisão do Brasil em regiões funcionais urbanas).

_____. **Divisão do Brasil em regiões funcionais urbanas**. Rio de Janeiro: IBGE, 1972.

MATOGROSSO. Polícia Judiciária Civil. **Mais de duas toneladas de drogas apreendidas em 2013**. Cuiabá: PJC, 2014. Disponível em: <<http://www.policiacivil.mt.gov.br/noticia.php?id=8771>>. Acesso em: 12 fev. 2014.

_____. _____. **Drogas apreendidas e veículos recuperados lideram ocorrências atendidas pelo Gefron**. Cuiabá: PJC, 2009. Disponível em: <<http://www.policiacivil.mt.gov.br/noticia.php?id=2026>>. Acesso em: 12 fev. 2014.

PEREIRA, Anete Marília. **Cidade média e região: o significado de Montes Claros no norte de Minas Gerais**. Tese (Doutorado em Geografia)-Programa de Pós-graduação em Geografia, Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2007.

VILARINHO NETO, Cornélio Silvano. **Metropolização regional, formação e consolidação da rede urbana do estado de Mato Grosso**. Tese (Doutorado em Geografia), FFLCH – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.